



Portal do Docente

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO CARLOS ALBERTO REYES
MALDONADO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS



EMITIDO EM 09/09/2026 14:55

VISUALIZAÇÃO DA AÇÃO DE EXTENSÃO

DADOS DA AÇÃO DE EXTENSÃO

Código: PJ096-2026
Título: Como é bom saber DIREITO!
Ano: 2026
Data de Cadastro: 07/01/2026
Período: 12/01/2026 a 12/01/2027
Tipo: PROJETO
Situação: EM EXECUÇÃO

Local de Realização:

Estado	Município	Bairro	Espaço de Realização
Mato Grosso	Cáceres	Centro	Escola Estadual Natalino Ferreira Mendes

Abrangência: Regional

Público Alvo:

Tipo	Quantidade
COMUNIDADE	150
DOCENTE	10
TÉCNICO	10
DISCENTE	40

Unidade Proponente: FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CAC / UNEMAT

Unidade

Orçamentária: -

Outras Unidades Envolvidas:

Área Principal: TRABALHO

Área do CNPq: Ciências Sociais Aplicadas

Fonte de Financiamento: AÇÃO AUTO-FINANCIADA

Fundação de Apoio: NÃO

Renovação: NÃO

Nº Bolsas Solicitadas: 0

Nº Bolsas Concedidas: 0

Nº Discentes Envolvidos: 0

Faz parte de Programa de Extensão: NÃO

Possui Ação Vinculada: NÃO

Ação a partir de Instrumento Legal: NÃO

Tipo de Cadastro: SUBMISSÃO DE PROPOSTA

Público Estimado: 210 pessoas

Público Real Atendido: 128 pessoas

Vagas disponíveis para Discentes em 40

Creditação:

Tipo de Cadastro: SUBMISSÃO DE NOVA PROPOSTA

Contato

Coordenação: SERGIO ANTONIO ROSA
E-mail: sergiorosa@unemat.br
Telefone:

Detalhes da Ação

Justificativa:

Embora estejamos em pleno século 21, e o avanço democrático vem garantindo muitos direitos do povo brasileiro, ainda assim muitos "Direitos dos trabalhadores são violados por falta de informação, muitas pessoas ainda são submetidas ao trabalho análogo à escravidão no Brasil. Isso ocorre quando trabalhadores (as) são submetidos (as) a condições degradantes, jornadas exaustivas, servidão por dívida, restrição de liberdade e outras formas de exploração semelhantes à escravidão. Isso ocorre porque as pessoas não têm conhecimento das leis e ou não sabem como garantir os direitos dos trabalhadores, porque variam de acordo com o país e a legislação trabalhista local, mas, em geral, incluem itens como o salário-mínimo, horas de trabalho regulares, benefícios como férias remuneradas e licença médica, segurança no local de trabalho, proteção contra discriminação e assédio, entre outros e que precisam ser respeitados pelos empregadores. É importante que os empregadores respeitem e protejam esses direitos para garantir um ambiente de trabalho justo, equitativo e um ambiente laboral saudável. É necessário que implementamos todas as medidas de orientações, para que sejam garantidas os direitos e garantias do trabalhador seja para a prevenção e proteção, seja para a inclusão ao trabalho de pessoas com deficiência, seja para evitar a cooptação para o trabalho análogo à escravidão e do tráfico de pessoas e para garantir um local de trabalho saudável. O projeto de extensão "Como é bom saber Direito!" traz essa oportunidade de apresentar aos alunos do ensino médio de conhecerem temáticas acerca dos direitos trabalhistas e previdenciários, assuntos que não são abordados nas escolas de ensino regular (ensino Fundamental I e II). Nesse viés, os acadêmicos de Direito terão a oportunidade de contribuir com a comunidade, apresentando conceitos importantes para o futuro deles no mercado de trabalho. As escolas, atualmente, não preparam os alunos no que concerne seus direitos como trabalhador, saindo do ensino médio sem saber o que é FGTS, CLT, seguro-desemprego e outros assuntos básicos desse âmbito. Tal falta de conhecimento a respeito dessas temáticas possibilita que os direitos, que deveriam ser assegurados, sejam negligenciados, ocorrendo até mesmo por má-fé do contratante. Assim, os alunos que participarem desse projeto estarão conscientes e críticos a qualquer movimento indevido, sabendo quando e como reivindicar seus direitos se forem violados. por não entenderem que os possuem. O projeto de extensão serve como ferramenta de inserção e os acadêmicos voluntários, bolsista e em creditação, além dos técnicos e professores, que vivenciarão a realidade das escolas públicas, presenciando as dificuldades e desafios encontrados para o desenvolvimento de cidadãos conscientes, objetivo que o projeto busca concretizar.

Resumo:

O Projeto de Extensão: "Como é bom saber Direito!" é uma proposta que parte da comunidade acadêmica do curso de Direito da UNEMAT, campus Jane Vanini, com o objetivo de retratar temas que envolvam o direito dos trabalhadores no exercício da sua função, para os alunos de ensino médio das instituições públicas de ensino e que vem com a necessidade de atender os objetivos criados pela Assembléia Geral da ONU - Organização das Nações Unidas, através da (ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), nos itens 1; 2; 4; 8; 10; 11; 15; 16 e 17 – Trabalho decente e crescimento econômico (Boa parte da população mundial sofre em empregos que não possuem direitos trabalhistas, baixos salários e uma vida fora das necessidades de dignidade humana. É preciso que isso mude para garantir um crescimento econômico sustentável em todo o planeta.) e no item 10 - Redução das Desigualdades (Com desigualdade é impossível ter desenvolvimento sustentável. O capitalismo vive da desigualdade. Para ter um rico é necessário ter vários pobres. Porém, é essencial que essa lógica mude com políticas globais de distribuição de renda e impostos sobre grandes fortunas e heranças.). Nesse sentido, o projeto busca contribuir com a formação desses alunos, abordando assuntos cruciais para o futuro deles como trabalhadores e construindo uma base de conhecimento que não é priorizada no ensino regular. Infelizmente essa falta de conhecimento os torna vulneráveis e contribui para que ocorram violações aos seus direitos no âmbito trabalhista e previdenciário. Dessa maneira, é imprescindível a implementação de projetos como esse para que a informação e orientação seja disseminada para as pessoas que necessitam e que tenham a possibilidade de reivindicar os direitos que lhes pertencem.

Fundamentação Teórica:

O Direito do Trabalho é o ramo do Direito composto por regras e princípios, sistematicamente ordenados que regulam a relação de trabalho subordinada entre empregado e empregador, acompanhado de sanções para a hipótese de descumprimento dos seus comandos (CAIRO Jr., 2015, P. 34). Direito do Trabalho é o ramo da ciência do direito que tem por objeto as normas jurídicas que disciplinam as relações de trabalho subordinado, determinam os seus sujeitos e as organizações destinadas à proteção desse trabalho, em sua estrutura e atividade (NASCIMENTO, 2004, p. 176). O Direito do Trabalho como o ramo da Ciência do Direito composto pelo conjunto de normas que regulam, no âmbito individual e coletivo, a relação de trabalho subordinado, que determinam seus sujeitos (empregado e empregador) e que estruturam as organizações destinadas à proteção do trabalhador, O fundamento do Direito do Trabalho é a proteção do trabalhador, parte economicamente mais fraca da relação jurídica (ROMAR, 2018, p. 36). Trabalho é toda atividade desenvolvida pelo homem para prover o seu sustento e para produzir riquezas e, ao longo do tempo, diversas foram as suas formas, que

variaram conforme as condições históricas que vigoraram em cada época. A história do trabalho começa exatamente quando o homem percebe que é possível utilizar a mão de obra alheia não só para a produção de bens em proveito próprio, mas também como forma de produzir riquezas. Assim, o trabalho se desenvolve e torna-se dependente e ligado às relações sociais e econômicas vigentes em cada período histórico específico. Escravismo, feudalismo e capitalismo podem ser considerados como marcos históricos definidos na evolução das relações econômicas e sociais e, conseqüentemente, na evolução do trabalho humano e de suas formas de proteção. O direito do trabalho como conhecemos hoje passou por diversas modificações, baseado nas primeiras relações de emprego advindas da pré-história, escravidão, servidão, corporações de ofício, começou a se desenvolver a partir das revoluções francesa e industrial e se consagrou no constitucionalismo social. Sob influência de todos esses aspectos, começou a surgir no Brasil a partir da abolição da escravidão, que possibilitou sua introdução no país, iniciando sua caminhada e desenvolvimento com a proclamação da república, bem como conseqüentemente com as constituições e revoluções sociais como a de 1930. Assim, a evolução histórica do trabalho humano leva ao surgimento de uma legislação estabelecendo normas mínimas de proteção ao trabalhador, cuja importância foi aumentando com a evolução econômica e política dos países. A partir de então o Direito do Trabalho se fixa como estrutura de proteção do trabalhador e entra em um processo de evolução contínua e dinâmica, tendo em vista a própria dinamicidade das relações sociais e econômicas que dele são inseparáveis.

Metodologia:

A metodologia que pretendemos desempenhar será da metodologia ativa/ sala invertida, ou seja, apresentação e discussão de "casos", bem como consiste da implementação de aulas expositivas, palestras, oficinas na escola pública de ensino NATALINO FERREIRA MENDES, que será executada pelos acadêmicos em creditação do curso de Direito da UNEMAT. A equipe do projeto será orientada e capacitada pelos professores e técnicos com conhecimento na área, os acadêmicos serão preparados para a execução do projeto de extensão através de reuniões e orientações fornecidas pelo coordenador do projeto e demais membros da equipe (professores e técnicos), obtendo capacidade para contribuir com a comunidade. Serão feitas as palestras e debates, entre os acadêmicos do curso e os alunos da escola, baseadas nos temas: o que é CLT (Consolidação das Leis do Trabalho; MEI (Microempreendedor individual); PJ (Pessoa Jurídica); trabalho formal e informal; currículo do trabalhador; salário; férias; décimo terceiro salário ou gratificação natalina; FGTS (Fundo de garantia por tempo de serviço); seguro desemprego; proteção à maternidade; aposentadorias; NIT (Número de identificação do trabalhador); PIS (Programa de integração social); jornada de trabalho; trabalho do menor. Apresentar os direitos sociais que estão garantidos no rol do art. 6º da Constituição Federal, CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e demais leis complementares que Visam assegurar aos indivíduos o exercício e o gozo de direitos fundamentais por meio de palestras, aulas, oficinas e atividades complementares. Oportunizar a população/alunos do ensino médio sobre os seus direitos sociais, que são garantidos pela Constituição Federal, a CLT e demais leis complementares que garantem condições dignas de trabalho e que muitas das vezes não é apresentado para os trabalhadores, para as pessoas menos favorecidas e que não tem conhecimento específico. Fortalecer as pessoas para que elas possam identificar quando e como os seus direitos podem ser violados pelas partes. Atender a determinação da ONU e as ODS (8 e10) para que tenhamos um país melhor. Construir bases sólidas para efetivação da Rede de Proteção ao Trabalhador Brasileiro. A nossa Universidade UNEMAT tem esse compromisso de retornar para sociedade o conhecimento e aplicação deste.

Atividades dos discentes em creditação:

-

Referências:

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 16º ed. São Paulo: Saraiva, 2012. MORAIS, Alexandre. Direito Constitucional. 16ºed. São Paulo: Editora Atlas, s.d. Nascimento, Amauri Mascaro. Direito do trabalho na constituição de 1988. São Paulo: Saraiva, 1989. SILVA, J. Afonso. Comentário contextual à Constituição. 5º ed. São Paulo: Saraiva, s.d. COSTA, Beatriz Casimiro. A Consolidação das Leis do Trabalho. 55º ed. LTr Editora, 2024. BRASIL. Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Lei de Benefícios da Previdência Social. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. BRASIL. Lei Nº 8.036, de 11 de maio de 1990. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. Lei Nº 7.998, de 1 de janeiro de 1990. Programa do Seguro-Desemprego. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. Lei Nº 605, de 5 de janeiro de 1949. Repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. AGOSTINHO, Theodoro. Manual de Direito Previdenciário. 3ºed. São Paulo: Saraiva, 2024.

Objetivos Gerais:

Apresentar os direitos sociais que estão garantidos no rol do art. 6º da Constituição Federal, CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e demais leis complementares que visam assegurar aos indivíduos o exercício e o gozo de direitos fundamentais por meio de palestras, aulas, oficinas e atividades complementares. Oportunizar a população/alunos do ensino médio os seus direitos sociais, que são garantidos pela Constituição Federal, a CLT e demais leis complementares que garantem condições dignas de trabalho e que muitas das vezes não é apresentado para os trabalhadores, para as pessoas menos favorecidas e que não tem conhecimento específico. Fortalecer as pessoas para que elas possam identificar quando e como os seus direitos podem ser violados pelas partes. Atender a determinação da ONU e as ODS (1; 2; 4; 8;10; 11; 15; 16; 17) para que tenhamos um país melhor. Construir bases sólidas para efetivação da Rede de Proteção ao

Trabalhador Brasileiro. A nossa Universidade UNEMAT tem esse compromisso de retornar para sociedade o conhecimento e aplicação deste.

Resultados Esperados:

Que seja produzidos cartilhas orientativas sobre os direitos trabalhista, assim como matérias na rede social sobre os direitos do trabalhador. Cabendo aos participantes do projeto a produção de resumos expandidos, artigos científicos na modalidade de relatos de caso, relato de experiência. Que os alunos se tornem, nesse breve momento de convivência, conheçam seus direitos trabalhistas e que a cidadania não seja apenas uma palavra sem valor algum, mas sim uma característica individual e coletiva que possa ser exercida de maneira a acolher o menos favorecido, o vulnerável e aqueles que precisam de um acolhimento. Que os acadêmicos participantes possam ter uma experiência singular e que a utilizem em todos os aspectos tanto acadêmicos, sociais e de vivência para ajudar o outro, pois ajudar na formação de cidadãos críticos e politizados vale mais que qualquer carga horária de certificado. Informar e orientar e apresentar os direitos e garantias sociais aos jovens para que este no exercício de sua inclusão no mercado de trabalho, tenha conhecimento de seus direitos e de como garantir esses direitos. Fortalecer as pessoas para que elas possam identificar quando e como os seus direitos podem ser violados pelas partes. Atender a determinação da ONU e as ODS para que tenhamos um país melhor. Construir bases solidas para efetivação da Rede de Proteção ao Trabalhador Brasileiro. Os acadêmicos tem o compromisso de produzir cartilhas, resumos expandidos e artigos sobre o tema: Os direitos e garantias sociais do trabalhador.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

#	Descrição
1	Erradicação da Pobreza
2	Fome Zero e Agricultura Sustentável
4	Educação de Qualidade
8	Trabalho Decente e Crescimento Econômico
10	Redução das Desigualdades
11	Cidades e Comunidades Sustentáveis
15	Vida Terrestre
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes
17	Parcerias e Meios de Implementação

Membros da Equipe

Nome	Categoria	Função	Unidade	Início	Fim
SERGIO ANTONIO ROSA	DOCENTE	COORDENADOR(A)	CAC-FACISA	12/01/2026	12/01/2027
JOSÉ RENATO DE OLIVEIRA SILVA	DOCENTE	MEMBRO	CAC-FACISA	12/01/2026	12/01/2027
FABIO DE SA PEREIRA	DOCENTE	MEMBRO	CAC-FACISA	12/01/2026	12/01/2027
LUCAS ALENCAR DOS SANTOS	SERVIDOR	MEMBRO	CAC-FACET	12/01/2026	12/01/2027

Objetivos Cadastrados

Apresentar os direitos sociais que estão garantidos no rol do art. 6º da Constituição Federal, CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e demais leis complementares que visam assegurar aos indivíduos o exercício e o gozo de direitos fundamentais, aos estudantes do ensino médio. Oportunizar a população/alunos do ensino médio os seus direitos sociais, que são garantidos pela Constituição Federal, a CLT e demais leis complementares que garantem condições dignas de trabalho e que muitas das vezes não é apresentado para os trabalhadores, para as pessoas menos favorecidas e que não tem conhecimento específico.

Atividades Relacionadas:	Período Realização:	Carga Horária:
1. Apresentar os direitos sociais que estão garantidos no rol do art. 6º da Constituição Federal.	12/01/2026 a 12/01/2027	10
2. Informar e demonstrar os direitos sociais que estão garantidos na CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e demais leis complementares	12/01/2026 a 12/01/2026	20
3. Informa e demonstrar aos alunos como identificar quando e como os seus direitos podem ser violados pelas partes (empregador).	12/01/2026 a 12/01/2027 12/01/2026	20
4. Construir bases solidas para efetivação da Rede de Proteção ao Trabalhador Brasileiro.	a	20

	12/01/2027	
5. produzidos cartilhas orientativas sobre os direitos trabalhista, assim como matérias na rede social sobre os direitos do trabalhador.	12/01/2026 a	20
	12/01/2027	
6. Demonstrar aos alunos a determinação da ONU e as ODS para que tenhamos um país melhor.	12/01/2026 a	20
	12/01/2027	
7. o que é CLT (Consolidação das Leis do Trabalho; MEI (Microempreendedor individual); PJ (Pessoa Jurídica); trabalho formal e informal; currículo do trabalhador; salário; férias; décimo terceiro salário ou gratificação natalina; FGTS (Fundo de garantia portempo de serviço).	12/01/2026 a	20
	12/01/2027	
8. Falar sobre: seguro desemprego; proteção à maternidade; aposentadorias; NIT (Número de identificação do trabalhador); PIS (Programa de integração social); jornada de trabalho; trabalho do menor.	12/01/2026 a	20
	12/01/2027	

Discentes com Planos de Trabalho

Nome	Vínculo	Situação	Início	Fim
------	---------	----------	--------	-----

Discentes não informados

Ações Vinculadas ao PROJETO

Código - Título	Tipo
-----------------	------

Não há ações vinculadas

Ações das quais o PROJETO faz parte

Código - Título	Tipo
-----------------	------

Esta ação não faz parte de outros projetos ou programas de extensão

Objetivos / Resultados Esperados

Objetivos Gerais	Quantitativos	Qualitativos
Apresentar os direitos sociais que estão garantidos no rol do art. 6º da Constituição Federal, CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e demais leis complementares que visam assegurar aos indivíduos o exercício e o gozo de direitos fundamentais, aos estudantes do ensino médio.		
Oportunizar a população/alunos do ensino médio os seus direitos sociais, que são garantidos pela Constituição Federal, a CLT e demais leis complementares que garantem condições dignas de trabalho e que muitas das vezes não é apresentado para os trabalhadores, para as pessoas menos favorecidas e que não tem conhecimento específico.		

Cronograma

Descrição das atividades desenvolvidas	Período
Apresentar os direitos sociais que estão garantidos no rol do art. 6º da Constituição Federal.	12/01/2026 a 12/01/2027
Informar e demonstrar os direitos sociais que estão garantidos na CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e demais leis complementares	12/01/2026 a 12/01/2026
Informa e demonstrar aos alunos como identificar quando e como os seus direitos podem ser violados pelas partes (empregador).	12/01/2026 a 12/01/2027
Construir bases solidas para efetivação da Rede de Proteção ao Trabalhador Brasileiro.	12/01/2026 a 12/01/2027
produzidos cartilhas orientativas sobre os direitos trabalhista, assim como matérias na rede social sobre os direitos do trabalhador.	12/01/2026 a 12/01/2027
Demonstrar aos alunos a determinação da ONU e as ODS para que tenhamos um país melhor.	12/01/2026 a 12/01/2027
o que é CLT (Consolidação das Leis do Trabalho; MEI (Microempreendedor individual); PJ (Pessoa Jurídica); trabalho formal e informal; currículo do trabalhador; salário; férias; décimo terceiro salário ou gratificação natalina; FGTS (Fundo de garantia portempo de serviço).	12/01/2026 a 12/01/2027
Falar sobre: seguro desemprego; proteção à maternidade; aposentadorias; NIT (Número de identificação do trabalhador); PIS (Programa de integração social); jornada de trabalho; trabalho do menor.	12/01/2026 a 12/01/2027

Lista de faculdades envolvidas na autorização da proposta

Autorização	Data Análise	Autorizado
-------------	--------------	------------

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CAC	07/01/2026 16:19:23	SIM
DIRETORIA DE UNIDADE REGIONALIZADA POLÍTICO-PEDAGÓGICA E FINANCEIRA - CAC	15/01/2026 13:00:18	SIM

Avaliações do Projeto

Data/Hora	Parecer	Nota	Situação
21/01/2026 15:27:50	O projeto de extensão universitária Como é bom saber DIREITO, sob a coordenação de SERGIO ANTONIO ROSA, vinculada à FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CAC / UNEMAT, área de extensão TRABALHO, visa "Apresentar os direitos sociais que estão garantidos no rol do art. 6º da Constituição Federal, CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e demais leis complementares que visam assegurar aos indivíduos o exercício e o gozo de direitos fundamentais por meio de palestras, aulas, oficinas e atividades complementares. [...] a população/alunos do ensino médio os seus direitos sociais, [...]." A proposta foi avaliada e considerada que oferece condições favoráveis ao cumprimento dos itens, como analisado: Objetivos estão expostos de maneira clara, objetiva e coerente. Os argumentos apresentados na justificativa para o desenvolvimento da ação de extensão se mostram pertinentes. O aporte teórico se apresenta suficiente em abrangência. A metodologia apontada garante a participação efetiva do público alvo externo para a consecução dos objetivos e para o atendimento às diretrizes da extensão universitária e o protagonismo dos discentes da Unemat para a sua formação. A descrição das atividades são compatíveis com a metodologia proposta, bem como o período de execução e cargas horárias. Orientamos a aplicação de instrumentos de avaliação da proposta. Considerando a relevância e a abrangência da proposta; Considerando o atendimento às diretrizes nacionais e institucionais de extensão universitária; Considerando a apresentação clara e concisa dos itens descritos na proposta; Somos de PARECER para a APROVAÇÃO da proposta.	9.3	REALIZADA